

Controverso e contraditório: sobre *Canaã*, de Graça Aranha

Prof. Dr. Mário Luiz Frungillo¹ (UNICAMP)

Resumo:

Canaã, de Graça Aranha, sempre gozou de uma fama ambígua. Enquanto parte da crítica enfatiza seu caráter moderno e antecipatório do modernismo, a atitude dos próprios modernistas foi antes de rejeição que de reconhecimento. Junto ao público leitor, o romance passa por ser obra de irremediável chatice. Sendo livro de feitura eclética, em que se mesclam diversas tendências artísticas e de pensamento, parece obra destinada a nunca atingir um consenso a respeito do valor de sua contribuição, mas, por outro lado, não se pode negar que alguns dos defeitos tradicionalmente atribuídos pela crítica ao romance não resistem a uma leitura mais atenta. A pergunta sobre o lugar que o romance pode ocupar hoje em nossa tradição literária talvez tenha que partir justamente de suas contradições.

Palavras-chave: Literatura Brasileira, Graça Aranha, Romance de idéias.

Passado mais de um século da publicação do romance *Canaã*, de Graça Aranha, podemos nos perguntar se o livro ainda pode ser considerado parte do cânone vivo da nossa literatura, ou se terá se tornado uma relíquia, capaz de interessar tão-somente a especialistas que se ocupem daquele período dificilmente classificável da literatura brasileira que, à falta de melhor nome, levou o de pré-modernismo. Embora obra de concepção ambiciosa, que procura combinar um diagnóstico talvez definitivo sobre o Brasil e uma elaboração artística altamente sofisticada, o romance nunca chegou a gozar de unanimidade, nem entre o público leitor, nem entre os críticos.

É verdade que, como romance de idéias, é imprescindível historicizá-lo. É verdade também que sua linguagem um tanto rebuscada e os diálogos construídos de forma a colocar idéias e concepções em debate podem dar uma impressão de artificialidade que o tornem estranho ao leitor costumeiro de romance. Mas, como nota José Paulo Paes em seu livro sobre o romance (certamente uma das contribuições mais pertinentes a uma reavaliação da obra), comparada à de Coelho Neto, a linguagem de Graça Aranha é quase discreta (PAES, 1992. p. 37). Além disso, se uma obra como *Lavoura Arcaica*, com seus diálogos quase inacreditáveis, não desperta mais nenhuma estranheza, por que se deveria continuar a empregar um critério de julgamento que tem suas raízes no modernismo de 22 e que, de tanto ser utilizado, se tornou quase um cacoete, se não mesmo um preconceito? De fato, boa parte do mau conceito que o livro de Graça Aranha carrega consigo parece se dever à sua controversa participação no movimento modernista, marcada pela afoiteza e uma certa afobação. Das rivalidades pela liderança e da rejeição que as vozes mais proeminentes do movimento lhe dedicaram saiu o autor maranhense com a pecha de bestalhão (remota alimária, no dizer de Oswald de Andrade).

Outro dado que mais prejudica a leitura do livro do que ajuda a elucidá-lo é a tentativa de identificar, no coro de vozes que falam dentro dele, o ponto de vista do autor. De um modo geral, na opinião da crítica, este ponto de vista se dividiria entre as personagens do imigrante Milkau e do Juiz Municipal Paulo Maciel. Tal afirmação vem corroborada pela comparação entre as idéias expressas por estas personagens e os textos filosóficos do autor, especialmente *A estética da vida*. No caso do Juiz Municipal, acrescenta-se o dado biográfico: Graça Aranha realmente desempenhou aquela função na região em que se desenrola a ação do romance. Não é o caso de negar todas essas semelhanças. Pode-se acrescer a elas o fato de que fica desde logo evidente não haver nenhuma possibilidade de que Lentz, o outro imigrante que está o tempo todo a debater com Milkau suas idéias, representasse este ponto de vista. Mas é necessário ter em conta que *Canaã* não é um ensaio

filosófico ou de sociologia. É uma obra de ficção em que as idéias estão subordinadas à sua coerência interna. Quer dizer: mesmo se o autor compartilha das idéias expressas por algumas dessas personagens, é necessário ver como tais idéias se realizam na construção do enredo. O seu teste de verdade, a sua confirmação ou negação, dependem disso.

Dizer que as idéias expressas no romance se subordinam a sua coerência interna significa considerar que não estamos tratando com um romance de tese, em que o enredo se construiria de forma a confirmar um diagnóstico anteriormente feito. De fato, parece-me que este não é o caso de *Canaã*. Só se pode tomá-lo assim se não se leva em conta a intrincada construção da narrativa. Intrincada por que coloca as idéias em debate sem decidir de antemão qual delas representa uma visão de mundo mais verdadeira, ou um diagnóstico mais certo da realidade. Daí decorre que é o desenrolar da história que vai indicar ao leitor a validade ou não dessas idéias, sem prejulgamento identificável no texto mesmo da obra. Intrincada também por que combina elementos e estilos heterogêneos, conseguindo harmonizá-los de maneira a constituírem um todo coerente. Por fim, o livro tem uma conclusão aberta, em que as questões colocadas não parecem receber uma resposta definitiva. É disso que trataremos a seguir.

O romance se inicia com a chegada de Milkau, um imigrante alemão, a um núcleo de colonização no Espírito Santo. Na sua primeira noite ali, faz amizade com Lentz, um compatriota que também pensa em se estabelecer ali. Lentz pretendia de início se permanecer na cidade, mas deixa-se convencer por Milkau a dividir com ele um lote de terra a ser cultivado por ambos. Nos capítulos seguintes, os dois vão se familiarizando com a vida na colônia e debatem intensamente suas idéias sobre a vida em geral e sobre o futuro da nova terra em que estão vivendo em particular. Embora a visão de mundo dos dois seja diametralmente oposta, as previsões que cada um deles faz para o futuro constroem uma utopia a ser testada diante dos fatos.

Ambos vêm o Brasil como uma nova *Canaã*, celebram sua natureza poderosa, sua fertilidade, sua beleza, seu grande futuro, mas divergem no que acreditam que esse futuro trará. Como partidário da força e da crença na superioridade racial dos alemães sobre os nativos, Lentz acredita que, num embate inevitável entre estes e os novos imigrantes, a vitória caberá aos mais superiormente dotados pela natureza. O país irá progressivamente se branqueando, e os costumes, a moral e mesmo a língua do mais forte prevalecerão. No pólo oposto ao de Lentz, Milkau opõe ao culto da força o do amor. À idéia de dominação do mais forte sobre o mais fraco, opõe a crença numa fusão futura entre as raças. Durante toda essa parte do romance, sempre que os dois são confrontados com a realidade que encontram, cada um deles a interpretará a sua maneira. Quando, por exemplo, os dois se dão conta de que os funcionários e trabalhadores brasileiros que atuam na colônia aprenderam a língua do imigrante, Lentz vê aí um indício de fraqueza, da incapacidade dos nativos em se impor e de imporem sua língua. Daí acreditar que, do progressivo domínio sobre eles, também a sua língua tenderá a desaparecer, suplantada pela do imigrante. Para Milkau, isso era apenas resultado da segregação das colônias, mas não estaria longe o dia em que a língua dos brasileiros dominaria e, mesmo que alterada pelo influxo das línguas estrangeiras (de acordo com a sua idéia de fusão) ainda assim seria nela dominante a índole do português (ARANHA, 1969: 88).

O embate entre as utopias de Lentz e Milkau vem precedido nas páginas iniciais pelo contraste entre as terras situadas de um e do outro lado do rio. Inicialmente, Milkau se defronta com fazendas em ruínas, incapazes de sobreviver após a abolição da escravidão. Atravessando a ponte, encontra uma colônia próspera, cheia de promessas. Um dos lados:

[...] traduzia, na paisagem triste esbatida do nascente, o passado, onde a marca do cansaço se gravava nas coisas minguadas. (ARANHA, 1969. p. 61).

Do outro lado, o que se via

[...] era uma terra nova, pronta a abrigar a avalanche que vinha das regiões frias do outro hemisfério e lhe descia aos seios quentes e fartos. (ARANHA, 1969. p. 61).

Mas, longe de significar isso a vitória dos novos habitantes sobre os velhos, como poderia pensar Lentz,

ali havia de germinar o futuro povo que cobriria um dia todo o solo e a cachoeira não dividiria mais dois mundos, duas histórias, duas raças que se combatem, uma com a pérfida lascívia, outra com a temerosa energia, até se confundirem num mesmo grande e fecundante amor. (ARANHA, 1969. p. 61).

Durante os cinco primeiros capítulos, predominam no romance as abstrações de Lentz e Milkau. Até o final do capítulo V, pouco há de realidade concreta no romance, e quase tudo que ali encontramos vem filtrado pelo ponto de vista de um e de outro, sem que o narrador dê a qualquer um deles a razão, embora sua simpatia possa parecer estar do lado de Milkau. Ocorre apenas que, quase imperceptivelmente, vão sendo introduzidos alguns motivos que serão retomados a seguir e tornarão o desenrolar da narrativa mais complexo. Assim, por exemplo, quando estão chegando para o primeiro culto celebrado pelo novo pastor da comunidade, os dois amigos vêm chegar a galope três homens. Era o “triunvirato judiciário” da comarca, que logo demonstram a consciência de sua superioridade sobre os demais:

Olhavam os colonos como uma massa amorfa e subordinada, e o velho de monóculo, empertigado, esperava solene, silenciosos, os cumprimentos. (ARANHA, 1969. p. 118).

A reação dos colonos antecipa o que está por vir:

Por contágio e por instintivo sinal de respeito dos humildes colonos, as saudações propagavam-se e daí só se viam as cabeças abaixando-se na direção dos magistrados, que correspondiam desdenhosos. (ARANHA, 1969. p. 118).

A partir do capítulo VI o romance muda de tom. Se até agora tinham predominado as abstrações de Lentz e Milkau, que dão sustentação à utopia pessoal de cada um, a partir de agora o romance começa a ganhar tons realistas mais fortes, e embora ainda de tempos em tempos haja longos trechos digressivos, a ação passa a predominar sobre as abstrações. E a ação do romance começa a desmentir toda a construção utópica das duas personagens.

A primeira idéia a ruir por terra é a crença de Lentz na superioridade dos alemães sobre os nativos. Aquele triunvirato judiciário que se mostrara tão cheio de si no capítulo anterior entra decisivamente em cena, secundado pelo escrivão Pantoja, que é o chefe do partido da situação. Juntamente com ele, o Juiz de Direito, o Promotor e o Juiz Municipal aparecem na colônia para realizar o inventário das heranças dos colonos, e o que se vê é um espetáculo de prepotência e opressão. Os colonos, pouco afeitos à língua do país, são enganados e extorquidos sem piedade pelo escrivão, sob os olhares cúmplices do Juiz de Direito e do Promotor, e impotentes do Juiz Municipal, compreensivo, mas incapaz de impor sua autoridade ao subordinado. Os colonos, que Lentz considera representantes de um povo guerreiro, superior, sucumbem à cruel esperteza dos nativos, e até o fato de nunca terem aprendido a língua do país, que lhe parecera uma prova de sua superioridade, se revela uma desvantagem.

Mas também a idéia de Milkau de que o futuro traria uma fusão harmoniosa entre as raças se revela pouco sagaz, fruto de um desconhecimento das verdadeiras relações que se estavam estabelecendo entre elas. Pois, como justificativa de sua atitude, tanto o coronel Pantoja quanto o promotor Brederodes invocam um patriotismo intolerante com a pouca disposição assimilacionista do imigrante. O nacionalismo como um refúgio de velhacos é o que se vê representado aqui, não faltando mesmo, na figura do Juiz de Direito, uma ruína do nativismo romântico transformado em modo de vida. Depois de ter feito coro à ironia com que o Juiz Municipal, única voz discordante, encarava o patriotismo dos outros dois, ele, percebendo que sua atitude o comprometia diante do escrivão, conta que adotara o sobrenome de Itapecuru depois que “Gonçalves Dias e Alencar deram o grito de alarma pelo Brasil, pelo caboclo”. (ARANHA, 1969: 153).

A narração destes acontecimentos todos interrompera a da história de Maria Perutz, que é retomada logo a seguir, no capítulo VII. Tendo engravidado do filho dos patrões, Maria será expulsa da casa por eles, temerosos de que o nascimento da criança viesse a perturbar seus planos de casar o rapaz com a filha de uma família abastada. Depois de buscar abrigo em várias casas da colônia, e de ser rejeitada inclusive pelo pastor, incapaz de se impor aos escrúpulos moralistas da irmã (mais um motivo introduzido anteriormente, quando um dos presentes ao culto com que ele se apresentara à comunidade dissera que a irmã “mete-se em tudo”). Depois de passar alguns dias sendo maltratada pela dona da estalagem onde encontrara um abrigo precário, é reconhecida por Milkau, que a conhecera na festa de recepção ao pastor. Com ajuda dele ela deixa a pensão e se emprega na casa de uma família que, no entanto, a despreza. Surpreendida no meio do trabalho pelas dores do parto, Maria dá à luz em pleno campo, mas desfalece e a criança é devorada por um bando de porcos selvagens. Acusada de infanticídio, tem contra si toda a colônia e os já conhecidos personagens do promotor e do escrivão. Como acontecera anteriormente com os colonos extorquidos, também neste caso o Juiz Municipal não encontra maneira de se opor aos outros. No processo contra Maria se misturam, ao lado do ódio do promotor Brederodes contra os colonos, o seu rancor contra a moça, a quem tentara seduzir e que o repelira. A esse ódio junta-se o interesse do escrivão pela condenação de Maria, pois fora procurado pelo colono Schultz, que era de seu partido e a quem devia dinheiro. Este também pedira a condenação da acusada, que, segundo ele, era o desejo de toda a comunidade, revoltada com o crime da moça. Temos aqui mais um golpe nas idéias que sustentam as utopias de Milkau e Lentz. Longe de demonstrarem a superioridade atribuída a eles por Lentz, os colonos se mostram mesquinhos, movidos por interesses baixos e por preconceitos desprezíveis, que afinal nem se diferenciam tanto assim daqueles que o obrigaram à fuga de seu país natal. O narrador não deixa mesmo de atribuir o desdém com que Maria é expulsa da casa do pastor pela irmã deste à repressão sexual da professora solteirona, ciumenta da vitalidade erótica da mulher grávida. Mas, mais importante que isso, a insignificante Maria vê-se envolvida numa trama feita dos mais diversos interesses, nenhum deles nobre, e nessa trama não havia lugar nem para a justiça mais comezinha e muito menos para qualquer tipo de sentimento humanitário.

Retoma-se, nos dois episódios envolvendo a Justiça, um motivo também introduzido nas páginas iniciais do romance: as esperanças suscitadas pela Abolição e pela República não se cumpriram. Não houvera progresso verdadeiro na situação anterior, e no jogo de interesses pelos quais se regiam as instituições não havia lugar para os devaneios humanitários de Milkau. Este não deixou de sentir o golpe que davam em suas esperanças:

A passagem da miséria na nova vida de Milkau deixara o seu vestígio perturbador. No espírito dele uma melancolia teimosa se espalhava infinita, vaga, entorpecedora, e agora o pensamento rolava vertiginoso para o desânimo... Não podia esquecer a desgraça de Maria. Não há sofrimento, cismava ele, tão insignificante que não clame aos que passam piedade e reparação com o alarido de cem mil bocas. Não há desgraça pequena. Toda a dor é imensa. (ARANHA, 1969. p. 170).

O novo colono verá a tristeza minar cada vez mais a sua nova vida. Ele hesitará por um momento, querendo ainda proteger o seu sonho do naufrágio, mas terminará por se entregar a realidade e a dedicar todas as suas forças para salvar a moça. E, como se fossem ambas faces da mesma moeda, seu abandono das ilusões que o trouxeram para a colônia terá como consequência que também Lentz, vendo-se abandonado pelo companheiro de empresa passe por uma crise e abandone as suas.

Fracassam, assim, ambos em suas utopias. O desenrolar do enredo não confirma as esperanças nem de um nem de outro, pelo contrário, vai pouco a pouco desmentindo-as e revelando que repousam numa interpretação equivocada do mundo que os cerca. Mas é evidente que não se trata do mesmo fracasso. Se a utopia da força de Lentz termina aqui, a utopia do amor de Milkau vai continuar. Levado pela piedade e pela convicção de que, dentro do jogo de interesses que se formara em torno da acusada, seria impossível salvá-la, Milkau a retira da prisão e foge com ela em busca, mais

uma vez, da realização de seu sonho. Mas, depois de muito vagar, e de passar por um momento de desespero que quase destrói a ambos, ele abandona às gerações futuras a realização da sua utopia, e consola-se com o pensamento de que todos os sofrimentos são pontos de passagens necessários para atingi-la. O romance termina, assim, em aberto, desesperançoso de ver realizadas num breve futuro as convicções de Milkau, mas sem negá-las totalmente. Só por isso, por essa pequena fresta aberta em meio ao pessimismo geral do livro, é que se pode entrever alguma coincidência entre o pensamento do autor e o da sua personagem. Mas, se assim for, é um pensamento conscientemente posto em suspenso quando de trata de analisar o momento histórico em que ele se encontra. No reconhecimento de sua inviabilidade não se pode deixar de creditar ao autor uma certa dose de lucidez.

No que não se poderá reconhecer a mesma lucidez é no tributo que o romance paga a sua época no que se refere à questão racial. Embora, como espero tenha ficado demonstrado acima, não se possa sustentar a visão de alguns críticos que veriam no romance a expressão de uma simpatia do autor pelos alemães e de um reconhecimento de sua superioridade sobre os nativos, uma vez que, ao contrário, todo o transcorrer da narrativa se dá no sentido de desmentir as idéias de Lentz a esse respeito, não se pode negar que, ao tratar do futuro, suas considerações a respeito da mestiçagem tendem mais a uma avaliação negativa que a uma positiva. Esta questão é tratada no romance através do diálogo entre Milkau e Paulo Maciel, o Juiz Municipal, que ele conheceu por causa do processo contra Maria Perutz. A visão que o romance proporciona do problema, e que vinha sendo abordada aqui e ali ao longo da narrativa, encontra sua elaboração mais acabada nesse diálogo. Assim, podemos dizer que o mais provável é que nele se expresse até onde ia a visão que o autor tinha desse assunto. Seja como for, seus limites definem os limites dentro dos quais é tratada a questão racial dentro do romance.

É comum dizer-se que Paulo Maciel representaria no romance um *alter ego* de Graça Aranha. Mas ao analisar mais de perto a obra, o leitor se sentirá tentado a se perguntar se o autor verdadeiramente podia se identificar com a personagem que criara. Embora o apresente sob uma luz favorável, e emita a seu respeito alguns conceitos positivos, a ação da personagem no romance não parece de molde a oferecer uma imagem idealizada que Graça Aranha pudesse ter de si mesmo ao concebê-la. Paulo Maciel é um homem refinado e sensível, e se mostra indignado diante da maneira predatória de agir de Pantoja, Itapecuru e Brederodes. Mas tudo que tem a opor-lhes são seus sentimentos, incapazes de se transformar em ação efetiva. Sua impotência parece mais fruto do tédio de alguém que, sentindo-se superior à sociedade em que vive, prefere sonhar a agir. Não por acaso, ele mais de uma vez profetiza a dominação do Brasil pela Europa ou pelos Estados Unidos, e se compraz na inevitabilidade desta dominação do mais forte pelo mais fraco. Nisso ele está mais próximo de Lentz que de Milkau. Mas nele tal postura adquire uns fumos de evidente esnobismo, e até suas pretensões a juiz correto têm algo de diletante. Seu caráter abúlico não se casa bem com a imagem de intelectual impetuoso e combativo que a posteridade guardou de Graça Aranha. Paulo Maciel parece mais uma personagem típica da *belle époque*, sonhando com a Europa e sentindo-se exilado numa terra bárbara, do que uma imagem de seu criador. Além do mais, malgrado suas veleidades de justiça, no que se refere à questão racial, Paulo Maciel é um poço de preconceitos. Analisando a ascensão de um tipo como o mulato Pantoja diz:

Era preciso formar-se do conflito de nossas espécies humanas um tipo de mestiço, que se conformando melhor com a natureza, o ambiente físico, e sendo a expressão das qualidades médias de todos, fosse o vencedor e eliminasse os extremos geradores. Perfeito... Reparemos que Pantoja não é um caso isolado. Os que tendem a nos governar, e que nos governam com melhor aceitação e êxito, são desses mesmo tipos de mulatos. O Brasil é, enfim, deles... (ARANHA, 1969. p. 210).

Daí a concluir que “não há salvação possível para o nosso caso, é uma incapacidade de raça para a civilização” é só um passo. Não bastasse o conformismo de tais afirmações para pôr em dúvida a identificação de Graça Aranha com tal personagem, temos ainda, na resposta de Milkau um

ponto de vista mais arrojado, que suplanta o de Maciel, embora não consiga se alçar para além de um certo limite:

Oh! não. Isto não se pode concluir dos meus pensamentos. A crise da cultura aqui é motivada pela divergência dos estados de civilização das várias classes do povo. É preciso um pouco mais de identificação, como dolorosamente já se está fazendo. Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da História é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. (ARANHA, 1969. p. 210).

Os limites de seu pensamento vêm a seguir, quando ele não concede à mestiçagem mais do que ser um estágio intermediário, a ser logo superado, deixando embora vestígios nas gerações futuras:

E no futuro remoto, a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos, vindos da recente invasão, aceitando com reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra... (ARANHA, 1969. p. 210).

Ao tentar prever o futuro, o romance parece menos feliz do que ao analisar o presente, ao menos no que se refere ao contexto interno. No que se refere ao externo, porém, ganha, aos olhos do leitor de hoje, uma surpreendente acuidade. Isso está, de algum modo, expresso já no caráter fugitivo de Lentz e Milkau. Ambos se evadiram de seu país, cada um por um motivo diferente. Lentz, por sentir que não poderia escapar das limitações impostas pela sua classe. Quando sentiu sua liberdade ameaçada pelos condicionamentos familiares e sociais, que estavam a ponto de obrigá-lo a um casamento que ele não desejava, evadiu-se. Milkau, ao sentir que seu continente mergulhava na decadência, veio buscar sua utopia no Novo Mundo. Ambos têm em comum a idéia de que na Europa não poderiam encontrar espaço para sua realização individual. Respondendo à afirmação de Paulo Maciel de que o país seria branco quando conquistado pelas armas da Europa, ele diz:

Essa Europa, para onde daqui se voltam os vossos longos olhos de sonhadores e moribundos, as vossas cansadas almas, cobiçosas de felicidade, de cultura, de arte, de vida, essa Europa também sofre do mal que desagrega e mata. Não vos deixeis deslumbrar pela exausta pompa da sua civilização, pela força inútil dos seus exércitos, pelo lustre perigoso do seu gênio. Não a temais nem a invejeis. Como vós, ela está no desespero, consumida de ódio, devorada de separações. Ainda ali se combate a velha e tremenda batalha entre senhores e escravos... Não há calma para a consciência, não há tranquilidade no gozo, quando ao vosso lado sempre alguém morre de fome... É uma sociedade que acaba, não é o sonhado mundo que se renova todos os dias, sempre jovem, sempre belo. E ainda para manter tais ruínas, os governantes armam homens contra homens e entretêm-lhes os ancestrais apetites de lobos com a pilhagem de outras nações. Tudo o que se apresenta à flor da vida não corresponde mais aos fundamentos da Vida... As leis, nascidas de fontes impuras para matar a liberdade fecunda, não exprimem o novo Direito; são o escudo do perturbador do Governo e da riqueza, e quem diz autoridade diz posse, diz servidão e destruição". (ARANHA, 1969. p. 211-212).

Se levarmos em conta que estas palavras foram escritas em 1902, e que doze anos depois o continente mergulharia na pior das guerras que conhecera até então, guerra que começou a escrever a sangrenta história do século XX, as palavras de Milkau nos parecem proféticas. E se acrescentarmos ainda o papel que idéias baseadas numa filosofia da força, como a de Lentz, desempenharam nessa história, o romance de Graça Aranha começa a ganhar um interesse novo, talvez mesmo já para além das intenções do seu autor naquele momento.

A controvérsia a respeito de *Canaã* provavelmente continuará. Deve-se reconhecer que parte de suas idéias, especialmente aquelas que se referem à questão racial, muito marcadas pela época em que o romance foi escrito, envelheceram. No que se refere a elas, o romance tem mais o valor de

documento de um certo período da história das idéias no Brasil que o de literatura viva. É o risco que se corre inevitavelmente ao se escrever um romance dessa natureza. Mas algumas idéias feitas a respeito do romance não resistem a uma leitura atenta. A primeira delas é de que se trata de obra enfadonha. Não se trata, por certo, de leitura divertida. Mas o leitor deste começo de século deveria estar mais acostumado a este gênero de narrativa, que não representa mais novidade e foi largamente cultivado ao longo do século passado. Também sua linguagem, apesar de alguns vãos de estilo aos quais não faltaram as “metáforas lancinantes” de que falava jocosamente Oswald de Andrade não oferece maiores dificuldades, superada a exigência da criação de uma “fala brasileira”, coloquial, para o nosso romance. Nesse sentido se pode até, com alguma reserva, falar em um rejuvenescimento do romance. O mesmo se pode dizer a respeito de seu caráter antecipatório. Tendo falhado onde queria ser profeta, Graça Aranha conseguiu, talvez inadvertidamente, dar a um lugar comum de sua época – a idéia de decadência – que produziu tanta literatura tornada hoje ilegível pelo correr implacável do tempo um acento profético. Podemos conceder-lhe uma intuição aguda da extensão da crise no Velho Mundo, que desembocaria na catástrofe de 1914. Se juntarmos a isso o fato de que algumas promessas não cumpridas diagnosticadas com acerto no romance continuam incertas hoje, poderemos encontrar um novo motivo para ler o seu romance. Sem ser uma obra-prima, merece mais atenção do que tem recebido.

Referências Bibliográficas

- [1] ARANHA, Graça. “Canaã”. In: *Obra completa*. Org. sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1969.
- [2] PAES, José Paulo. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

Autor

¹ **Mário Luiz FRUNGILLO**, Prof. Dr.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Departamento de Teoria Literária
mario@iel.unicamp.br